



Processo n. 23123.003451/2024-93

ESCLARECIMENTO N. 17 – EDITAL CONCORRÊNCIA N. 90001/2025

Pergunta 1: A partir de algumas considerações abaixo elencadas, questiona-se:

- (i) Ao longo da leitura do Estudo Técnico Preliminar e do próprio Termo de Referência, não há qualquer previsão de realização de eventos fora do Brasil, tampouco o histórico de contratações nesse sentido sob o âmbito do Ministério;
- (ii) Especificamente sobre o quesito do Apêndice III – Atuação – sabe-se que não se trata de requisito de habilitação e sim de pontuação na Capacidade de Atendimento;
- (iii) No item 3.2.4.1, particularmente sobre ‘evento internacional realizados’, exige-se para a mínima pontuação, evento de até R\$ 4,9mi e, para pontuação máxima, evento com gastos acima de R\$ 6mi;
- (iv) A exigência de comprovação de um evento realizado no exterior com valor acima de R\$ 6 milhões para fins de pontuação máxima de Capacidade de Atendimento (que se enquadra na qualificação técnico-operacional da empresa) apresenta diversas vulnerabilidades, especialmente porque, segundo leitura do instrumento convocatório, o planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar – ETP) não prevê a realização de eventos fora do país;
- (v) Se o objeto da contratação (Live Marketing) será executado em sua grande parte no Brasil, e o planejamento não contemplou ações internacionais, a exigência de atestado de evento no exterior e em valor vultoso (R\$ 6 milhões) não guarda pertinência e compatibilidade com o objeto licitado, nem mesmo para justificar pontuação na Concorrência;
- (vi) As exigências relativas à capacidade técnica, especialmente aquelas com potencial restritivo, devem ser motivadas e devem demonstrar, tecnicamente, que os parâmetros fixados são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto;
- (vii) Neste caso, a ausência de previsão de eventos internacionais no planejamento torna essa exigência desprovida de motivação fática e técnica;
- (viii) A exigência de uma comprovação de R\$ 6 milhões para evento internacional, mesmo que para pontuação (Concorrência), deve respeitar a proporcionalidade.

Questionamento 01:



a) Qual seria a fundamentação legal – baseada no próprio planejamento desta contratação – para justificar a criação de requisitos de pontuação para eventos internacionais?

b) Qual seria a fundamentação legal e/ou técnica para justificar o montante de R\$ 6mi como balizador objetivo de pontuação máxima neste quesito?

Resposta 1: A Equipe de Planejamento da Contratação definiu os critérios de pontuação com base no Estudo Técnico Preliminar, de forma a refletir a complexidade, o porte e a abrangência do objeto contratual, considerando o valor global estimado e a consequente necessidade de elevado nível de capacidade técnica e operacional por parte da futura contratada.

A fixação do valor de R\$ 6 milhões como parâmetro para pontuação máxima foi adotada como número balizador para aferir a capacidade das licitantes de executar projetos de grande porte e alta complexidade, assegurando proporcionalidade entre o critério de pontuação e o escopo do objeto.

Tal parâmetro visa ainda resguardar a Administração quanto à execução de ações de grande porte e complexidade, funcionando como elemento de segurança técnica para aferir a capacidade operacional das licitantes em situações análogas. A adoção desse critério encontra respaldo nos arts. 36 e 37 da Lei nº 14.133/2021, que permitem a valoração da técnica e da experiência prévia como fatores objetivos de julgamento, especialmente em contratações de natureza intelectual e de alta complexidade, como a presente.

Pergunta 2: Considerando que a Administração deve buscar a ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, e caso o MEC insista na manutenção da exigência de um valor mínimo (seja ele R\$ 6 milhões ou um valor reduzido), não seria razoável, ao menos, permitir neste quesito de ‘atuação’, a SOMA de atestados ao longo destes cinco anos para atingir os montantes definidos no Apêndice 3?

Resposta 2: O valor de R\$ 6 milhões indicado no subquesito “Evento Internacional realizados pela Licitante nos últimos 5 anos” representa o parâmetro máximo para atribuição da pontuação máxima, e não requisito mínimo ou eliminatório. O critério serve como balizador técnico para aferir o porte e a complexidade das experiências apresentadas, sem prejuízo à competitividade do certame.



Pergunta 3: 3.1 - Sob as mesmas premissas trazidas à tona, não seria mais prudente e razoável por parte deste respeitoso MEC permitir que, no quesito 3.2.4.1, referente à atuação da licitante, a mesma lógica do item de habilitação que permite a soma dos atestados seja seguida?

3.2 – Ou seja, é correto o entendimento de que no caso de comprovação de valor de projeto acima de R\$ 8mi para projetos realizados nos últimos cinco anos seja permitido a soma de projetos do mesmo cliente, por exemplo?

3.3 – Isto é, ao invés da exigência de um único evento como a redação do item sugere, que seja, ao menos, permitida a soma de projetos de um mesmo Contratante. Favor considerar.

Resposta 3: Conforme esclarecido acima, o valor de projeto superior a R\$ 8 milhões constitui parâmetro técnico balizador para fins de pontuação máxima no subquesito 3.2.4.1, não se tratando de requisito mínimo nem implicando desclassificação, sem prejuízo à competitividade do certame, sendo possível à licitante obter pontuação com base nos demais parâmetros de julgamento previstos. A título ilustrativo, a realização de dez eventos de pequeno porte não demanda o mesmo nível de planejamento, coordenação e estrutura operacional que a execução de um único evento de grande dimensão e abrangência, justificando o parâmetro adotado. Tal critério visa resguardar a Administração quanto à execução de ações de grande porte e complexidade, funcionando como elemento de segurança técnica para aferir a capacidade operacional das licitantes em situações análogas.

Pergunta 4: Em relação ao item 8.1.1 'a'. Trata-se de obrigação de reconhecimento de firma em cartório. É correto o entendimento de que essa exigência deve ser flexibilizada e ser possível a assinatura digital?

Qual seria o fundamento para exigência de documento com assinatura reconhecida apenas em cartório?

Resposta 4: Esclarece-se que o tema já foi tratado no Esclarecimento nº 02.

“As assinaturas apostas nos documentos da licitação serão aceitas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 14.063/2020 e o Decreto nº 10.543/2020, devendo garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos atos e documentos apresentados.”



Ministério da Educação
Subsecretaria de Gestão Administrativa
Coordenação-Geral de Planejamento e Licitações
Coordenação de Licitações
Divisão de Licitações

Brasília, 10 de novembro de 2025.

ARTHUR LIMA DE MORAIS

Membro da Comissão de Contratação